

Cuidamos para que os **sonhos** chegam ao seu **destino!**



Demonstrações Financeiras 2015



www.tam.com.br
www.latam.com



Demonstrações Financeiras 2015

TAM S.A.

CNPJ nº 01.832.635/0001-18

RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO

A TAM S.A., uma das companhias líderes no setor de transporte de passageiros e cargas no Brasil, apresenta em 29 de abril de 2016 as demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015. A TAM S.A. ("TSA" ou "Companhia") refere-se à entidade consolidada e suas respectivas subsidiárias, cujas atividades estão relacionadas com transporte aéreo de passageiros e cargas no território nacional e em âmbito internacional, aquisição e financiamento de aeronaves, captação de recursos, compra e venda de pontos (programa de fidelização de cliente) e desenvolvimento exclusivo das atividades de agência de viagens e turismo.

COMENTÁRIOS DA ADMINISTRAÇÃO SOBRE O RESULTADO DO ANO DE 2015

O ano de 2015 registra o terceiro aniversário da associação entre LAN e TAM, um marco histórico para nossas companhias e uma decisão estratégica que nos colocou na liderança do setor de aviação da América Latina. Com avanços significativos ao longo do ano, incluindo reduções de custo em diversas frentes, a negociação do nosso Sistema de Serviços aos Passageiros e o anúncio da nossa nova marca unificada, continuamos evoluindo em direção ao nosso objetivo de longo prazo de consolidar a posição de liderança da LATAM na região. Entretanto, a Companhia não está imune às condições macroeconômicas desafiadoras que afetaram as economias do Brasil, que nos levaram a realizar alguns ajustes. Esses ajustes, incluindo as reduções da oferta no mercado doméstico brasileiro, são uma resposta necessária aos desafios atuais, mas de forma alguma afetam nossos planos estratégicos para o longo prazo. A receita

bruta apurada no exercício findo em 31 de dezembro de 2015 foi de R\$15.605 milhões, comparada à receita de R\$16.102 milhões apurado no exercício de 2014. A redução de 3% reflete principalmente a redução de 2,8% nas receitas de passageiros nacionais e internacionais e de 4,4% nas receitas oriundas do transporte de cargas. No exercício de 2015, as receitas de passageiros, cargas e programa fidelidade (Multiplus) corresponderam a 81,8%, 10,43% e 4,51% da receita bruta total, respectivamente. A queda no faturamento descrita acima refletiu o cenário econômico desafiador no Brasil, causado pelo aumento da inflação, pela queda do PIB (Produto Interno Bruto) e pela desvalorização significativa do real frente ao dólar, em aproximadamente 47%, tendo como consequência uma redução da demanda de operações domésticas e internacionais de passageiros e carga. Devido ao impacto do cenário econômico atual no Brasil, a TAM ajustou sua malha doméstica e reduziu sua oferta doméstica em 2,5% a partir do 2º trimestre e 9,4% no quarto trimestre. Apesar da TAM ter reduzido a capacidade doméstica em 2015, ela manteve a liderança de mercado medida em RPK ("revenue passenger kilometers"). No ano, o tráfego e os yields seguiram baixos, impactados principalmente pela menor demanda de passageiros de negócios e menor expectativa de crescimento do PIB no Brasil. A Companhia seguirá revisando, ao longo deste ano, a oferta em mercados onde a demanda foi mais impactada, ao mesmo tempo em que segue buscando oportunidades de crescimento em mercados específicos. Assim como em 2015, quando transformamos desafios em oportunidades, vamos trabalhar com mais afinco em 2016 para fazer da LATAM Airlines um Grupo mais rentável, com presença ainda mais forte na América Latina e entre outros países do mundo.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

ATIVO	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Ativo Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	7	3.338	1.236	816.121	359.991
Aplicações financeiras	8	1.842	4.072	1.908.927	1.337.487
Contas a receber	9	4.013	-	3.925.966	3.634.715
Estoques	10	-	-	440.477	429.384
Tributos a recuperar	11	28.192	35.443	630.021	476.491
Pré-pagamentos de manutenções	-	-	-	202.169	75.598
Demais contas a receber	-	15.436	4.212	349.470	173.432
Total do ativo circulante	-	52.621	44.963	8.273.151	6.487.098
Ativo Não Circulante					
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-
Empréstimo a receber - Mútuos	26.1	-	-	3.082.167	3.010.767
Imposto de renda e contribuição social diferido	-	-	-	-	-
Depósitos judiciais	12	61.490	43.748	1.282.441	675.721
Pré-pagamentos de manutenções	13	2.849	2.095	530.779	505.732
Demais contas a receber	-	201	15.772	88.604	115.948
Investimentos	-	64.540	61.615	5.172.581	4.493.305
Imobilizado	14	425.082	1.147.867	-	-
Intangível	15	76	90	3.698.187	3.963.990
Total do ativo não circulante	16	124.927	163.189	563.955	600.007
Total do ativo	-	614.625	1.372.761	9.434.723	9.057.302
PASSIVO					
Passivo Circulante					
Empréstimos e financiamentos	17	-	-	22.550	167.125
Arendamentos financeiros	18	-	-	476.136	413.736
Fornecedores	19	99.111	740	4.890.099	2.581.162
Salários e encargos sociais	-	2.521	929	650.379	495.346
Receitas diferidas	20	-	-	3.452.263	3.368.220
Impostos a recolher	-	3.271	16.919	144.856	133.206
Provisão para manutenção	22	-	-	685.373	527.867
Demais contas a pagar	-	329	1.174	242.900	117.758
Total do passivo circulante	-	105.232	19.762	10.564.556	7.804.420
Passivo Não Circulante					
Empréstimos e financiamentos	17	-	-	3.111.160	2.902.352
Arendamentos financeiros	18	-	-	2.015.031	1.724.598
Provisões para riscos tributários, trabalhistas e cíveis	21	287	287	765.482	748.070
Provisão para perdas com investimentos	14	435.883	-	-	2.163
Empréstimos a pagar - Mútuos	-	-	94.617	-	-
Provisão para manutenção	22	-	-	906.520	818.362
Juros sobre capital próprio e dividendos a pagar	-	858	-	858	-
Demais contas a pagar	-	-	2.978	144.029	181.921
Total do passivo não circulante	-	437.028	97.882	6.943.080	6.377.466
Total do passivo	-	542.260	117.644	17.507.636	14.181.886
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital social	24	5.035.926	5.035.926	5.035.926	5.035.926
Ações em tesouraria	-	(7.930)	-	(7.930)	-
Reservas de capital	-	150.281	148.538	150.281	148.538
Prejuízos acumulados	-	(5.684.697)	(4.434.252)	(5.684.697)	(4.434.252)
Ajuste de avaliação patrimonial	-	631.406	549.868	631.406	549.868
Total do patrimônio líquido	-	124.986	1.300.080	124.986	1.300.080
Participação dos acionistas não controladores	-	-	-	75.252	62.434
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido	-	667.246	1.417.724	17.707.874	15.544.400

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

RECEITA	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Receita operacional líquida	27	-	-	15.604.765	16.102.390
Custo dos serviços prestados	28	-	-	(13.337.250)	(12.100.515)
Lucro operacional bruto	-	-	-	2.267.515	4.001.875
Despesas com vendas administrativas	28	(555)	(8.766)	(1.621.826)	(2.455.361)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	-	(4.526)	-	(815.887)	(1.117.886)
Lucro (prejuízo) operacional	-	(5.081)	(8.766)	123.816	(395.104)
Receitas financeiras	29	5.571	4.700	460.065	33.610
Despesas financeiras	29	(2.052)	(10.099)	(654.201)	(686.855)
Variação cambial líquida	29	(42)	769	(1.213.891)	(214.162)
Resultado da equivalência patrimonial	-	-	-	-	-
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	14	(1.238.110)	(432.992)	-	(10.454)
Imposto de renda e contribuição social	-	(1.239.714)	(446.388)	(1.454.409)	(472.290)
Corrente	12	(2.851)	-	(243.597)	(179.104)
Diferido	12	(7.880)	2.188	579.740	294.649
Prejuízo do exercício atribuído aos acionistas da TAM S.A.	-	(1.250.445)	(444.200)	(1.118.266)	(356.745)
Acionistas não controladores	-	-	-	132.179	87.455
Prejuízo do exercício atribuído aos acionistas não controladores	-	-	-	(1.118.266)	(356.745)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Prejuízo do exercício	-	(1.250.445)	(444.200)	(1.118.266)	(356.745)
Outros componentes do resultado abrangente	-	-	-	-	-
Itens que não serão reclassificados para o resultado	-	-	-	-	-
Remuneração do passivo de benefício definido (Plano de assistência médica)	-	(8.004)	8.004	(8.004)	8.004
Itens que serão ou talvez sejam reclassificados para o resultado	-	-	-	-	-
Ganho na conversão de investimentos no exterior	-	88.725	4.246	89.296	4.672
Hedge de fluxo de caixa - reconhecido em outros resultados abrangentes	-	817	9.242	997	12.719
Outros resultados abrangentes do exercício, líquidos de impostos	-	(1.168.907)	(422.708)	(1.035.977)	(331.350)
Atribuído aos acionistas controladores	-	(1.168.907)	(422.708)	(1.168.907)	(422.708)
Acionistas não controladores	-	-	-	132.930	91.358
Prejuízo do exercício atribuído aos acionistas não controladores	-	(1.168.907)	(422.708)	(1.035.977)	(331.350)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Prejuízo do exercício	-	(1.250.445)	(444.200)	(1.118.266)	(356.745)
Ajustes para reconciliar o lucro líquido ao caixa gerado nas atividades operacionais	-	-	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	12	7.880	(2.188)	(579.740)	16.722
Depreciações e amortizações	15/16	14	13	568.924	506.850
Resultado na alienação do imobilizado e intangível	-	38.262	-	452.025	2.213.779
Juros e variações cambiais sobre ativos e passivos	-	-	-	994.131	350.809
Equivalência patrimonial	14	1.238.110	432.992	-	10.454
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	9	-	-	4.851	8.831
Outras provisões	-	-	-	24.684	29.964
Provisões para manutenção	-	-	-	245.664	235.404
Provisões para contingências	21	-	-	89.814	(51.652)
Extinção de obrigação de arrendamento financeiro	-	-	-	(135.262)	(1.676.385)
Plano de remuneração baseado em ações	-	-	-	2.302	(3.786)
Variações nos ativos e passivos	-	-	-	-	-
Contas a receber	9	(4.013)	-	(296.102)	(275.064)
Aplicações financeiras	8	2.430	1.033	(571.440)	189.210
Estoques	10	-	-	(34.249)	(80.946)
Tributos a recuperar	11	7.251	(2.700)	(153.530)	(238.834)
Depósitos judiciais	13	(754)	(979)	(4.643)	7.735
Fornecedores	19	98.371	(3.393)	2.308.937	28.361
Salários e encargos sociais	-	1.592	(4.945)	153.505	(69.833)
Impostos a recolher	-	(13.648)	1.792	11.650	41.122
Receitas diferidas	20	-	-	84.043	(3.281)
Pagamentos de contingências e depósitos judiciais	13/21	-	-	(72.402)	(34.340)
Juros pagos	-	-	-	(6.003)	(374.513)
Juros recebidos	-	-	-	374.513	(351.146)
Outros ativos e passivos líquidos	-	(26.037)	(97.385)	(260.289)	246.168
Caixa proveniente das (utilizado nas) atividades operacionais	-	99.013	(125.963)	1.339.730	743.035
Fluxos de caixa das atividades de investimentos	-	-	-	-	-
Aumento de capital	-	-	-	(697.788)	-
Investimentos Prisma Fidelização S.A.	-	-	-	-	(1.208)
Investimento em caixa restrito	-	-	-	-	(1.995)
Recursos recebidos na venda de imobilizado	-	-	-	-	668
Empréstimos de mútuo a partes relacionadas	-	-	-	-	1.241.723
Aquisições de imobilizado	-	-	-	-	(622.413)
Aquisições de ativos intangíveis	-	-	-	-	(93.610)
Pré-pagamentos de aeronaves - reembolso	-	-	-	-	782.864
Pré-pagamentos de aeronaves - pagamento	-	-	-	-	(171.999)
Reccebimento de dividendos e JSCP	-	313.706	242.736	-	-
Depósitos em garantia	-	-	-	19.547	46.576
Caixa (utilizado nas) proveniente das atividades de investimento	-	313.706	(455.052)	545.247	32.850
Fluxos de caixa das atividades de financiamento	-	-	-	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	(316.000)	-	-	-
Aumento de capital	-	-	582.000	-	582.000
Pagamento de mútuo	-	(94.617)	-	-	-
Recursos recebidos em oferta pública de ações da controladora Multiplus	-	-	-	-	2.777
Amortização de principal de empréstimos e financiamentos	-	-	-	(1.470)	(1.115.304)
Dividendos e juros sobre capital próprio pago aos acionistas não controladores	-	-	-	(117.699)	(82.323)
Amortização de bônus seniores	-	-	-	(928.386)	-
Arendamentos financeiros	-	-	-	(424.734)	(482.842)
Caixa aplicado nas atividades de financiamento	-	(410.617)	582.000	(1.472.289)	(1.095.692)
Diminuição/Aumento no caixa e equivalentes de caixa e equivalentes de caixa	-	2.102	985	412.668	(319.807)
Efeito da variação cambial sobre o caixa e equivalentes de caixa	-	-	-	43.442	(8.702)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	-	1.236	251	359.991	688.500
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	-	3.338	1.236	816.121	359.991

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

cujos vencimentos, quando de sua aquisição, eram iguais ou inferiores a 90 dias, prontamente convertíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor. As aplicações financeiras classificadas nesse grupo, por sua própria natureza, estão mensuradas a valor justo por meio do resultado. **4.5 Caixa restrito:** O caixa restrito representa depósitos em garantia com a finalidade de garantir financiamentos de longo prazo. Em 31 de dezembro de 2015, o saldo de caixa restrito classificado no grupo de demais contas a receber corresponde ao montante de R\$2.458 (R\$29.526 em 31 de dezembro de 2014), controladora e consolidado. **4.6 Instrumentos financeiros:** O Grupo classifica ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, ativos financeiros mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e ativos financeiros disponíveis para venda. O Grupo classifica passivos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: passivos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e outros passivos financeiros. **4.6.1 Ativos e passivos financeiros não derivativos - reconhecimento e desreconhecimento:** O Grupo reconhece os empréstimos e recebíveis e instrumentos de dívida inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos na data da negociação quando a entidade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. O Grupo desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando o Grupo transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Capital social	Ações em tesouraria	Reserva de capital		Ajustes de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Participação dos acionistas não controladores	Patrimônio líquido consolidado
		Plano de remuneração baseado em ações	Ajuda de emissão de ações				
Em 31 de dezembro de 2013	4.453.926	-	74.947	76.366	527.096	(3.991.549)	1.140.786
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	(444.200)	87.455	(356.745)
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	8.004	-	8.004
Ganho na conversão de investimentos no exterior	-	-	-	-	4.246	426	4.672
Hedge de fluxo de caixa	-	-	-	-	14.126	5.268	19.394
Imposto de renda e contribuição social diferido efetivo	-	-	-	-	(4.884)	(1.791)	(6.675)
Total do resultado abrangente	-	-	-	-	21.492	(422.708)	91.358
Aumento de capital	582.000	-	-	-	-	582.000	582.000
Realização de reserva de reavaliação	-	-	-	-	(1.497)	-	-
Ganho na alienação da participação da Multiplus	-	-	-	-	2.777	-	2.777
Distribuição de dividendos pago aos não controladores	-	-	-	-	-	(82.323)	(82.323)
Ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	-	-	-	-
Plano de remuneração de ação	-	-	-	(2.775)	-	(1.011)	(3.786)
Em 31 de dezembro de 2014	5.035.926	-	74.947	73.591	549.868	(4.434.252)	1.300.080
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	(1.250.445)	132.179	(1.118.266)
Plano de assistência médica e previdência	-	-	-	-	(8.004)	-	(8.004)
Ganho na							

caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pelo Grupo em tais ativos financeiros transferidos, é reconhecida como um ativo ou passivo separado. O Grupo descontinua um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou extirpada. Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, o Grupo tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

4.6.2 Ativos financeiros não derivativos - mensuração: **Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado:** Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. São mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidos no resultado do exercício. **Ativos financeiros mantidos até o vencimento:** Esses ativos são mensurados inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os ativos financeiros mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. **Empréstimos e recebíveis:** Esses ativos são mensurados inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

Ativos financeiros disponíveis para venda: Esses ativos são mensurados inicialmente pelo seu valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, eles são mensurados pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável e diferenças de moedas estrangeiras sobre instrumentos de dívida, são reconhecidas em outros resultados abrangentes e acumuladas dentro do patrimônio líquido como ajustes de avaliação patrimonial. Quando esses ativos são desreconhecidos, os ganhos e perdas acumulados mantidos como ajustes de avaliação patrimonial são reclassificados para o resultado. **4.6.3 Passivos financeiros não derivativos - mensuração:** Um passivo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Passivos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo desses passivos, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidos no resultado do exercício. Outros passivos financeiros não derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo deduzidos de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. **4.6.4 Instrumentos financeiros derivativos, incluindo contabilidade de hedge:** O Grupo mantém instrumentos financeiros derivativos para proteger suas exposições aos riscos de variação de moeda estrangeira e dos preços internacionais do petróleo. Derivativos embutidos são separados de seus contratos principais e registrados separadamente caso certos critérios sejam atingidos. Derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo; quaisquer custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Após o reconhecimento inicial, os ativos financeiros não derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações no valor justo são registradas no resultado. **Hedges** que são classificados como hedge são mensurados pelo valor justo e as variações no valor justo são registradas no resultado. Quando um derivativo é designado como um instrumento de hedge para a proteção da variabilidade dos fluxos de caixa, a porção efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida em outros resultados abrangentes e apresentada na conta de ajustes de avaliação patrimonial no patrimônio líquido. Qualquer porção não efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida imediatamente no resultado. O valor acumulado mantido em ajustes de avaliação patrimonial é reclassificado para o resultado no mesmo período em que o item objeto de *hedge* afeta o resultado. Caso (i) a ocorrência da transação prevista não seja mais esperada, (ii) o *hedge* deixe de atender aos critérios de contabilização de *hedge*, (iii) o instrumento de *hedge* expire ou seja vendido, encerrado ou exercido, ou tenha a sua designação revogada, a contabilidade de *hedge* é descontinuada prospectivamente. Se não houver mais expectativas quanto à ocorrência da transação prevista, o saldo em outros resultados abrangentes é reclassificado para resultado. **4.7 Contas a receber:** As contas a receber de clientes e outros recebíveis são registradas pelo valor faturado ajustado a valor presente, quando aplicável, deduzidas das perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa. A Companhia adota procedimentos e análises para estabelecer limites de créditos e, substancialmente, não exige garantias reais de seus clientes. Em caso de inadimplência, esforços de cobrança são efetuados, incluindo contatos diretos com os clientes e cobrança através de terceiros. Caso esses esforços não sejam suficientes, medidas judiciais são consideradas, sendo registrada uma perda estimada em créditos de liquidação duvidosa em contrapartida a despesas com vendas na demonstração de resultado. Os títulos são baixados contra a provisão à medida que a Administração considera que estes não são mais recuperáveis após ter tomado todas as medidas cabíveis para recebê-los. A Companhia adota como política para constituição de provisão para devedores duvidosos a provisão de 50% dos saldos acima de 180 dias e 100% dos saldos vencidos acima de 360 dias. Caso o cliente tenha oferecido garantia real, os valores em atraso são excluídos da base para cálculo e determinação da provisão para devedores duvidosos. **4.8 Estoques:** Os estoques compreendem principalmente peças de reposição e materiais a serem utilizados nas atividades de manutenção, são demonstrados ao custo médio de aquisição, líquido das provisões para reduzir quaisquer perdas identificadas por obsolescência e/ou deterioração. **4.9 Pré-pagamento para manutenção de aeronaves e motores:** Os pré-pagamentos para manutenção de motores e aeronaves compreendem depósitos realizados em contas específicas conforme estipulado nos respectivos contratos de arrendamento e tem como objetivo o financiamento de futuras manutenções requeridas pelo desgaste e uso destes ativos. **4.10 Impostos e contribuições de lucro:** No Brasil, compreendem o imposto de renda (IRPJ) e a contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL), que são calculados mensalmente com base no lucro tributável, aplicando-se alíquotas de 15% acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$240 para o IRPJ e 9% para a CSLL e considera a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. Os resultados apurados nas subsidiárias do exterior estão sujeitos à tributação dos países onde estão sediadas, de acordo com alíquotas e normas próprias. No Brasil, esses resultados sofrem os efeitos de tributação da MP 2.159-35/2001 e mais recentemente da Lei nº 12.973/14, respeitada a aplicação dos tratados assinados pelo Brasil para evitar a dupla tributação. Impostos diferidos representam os créditos e débitos sobre prejuízos fiscais de IRPJ e bases negativas de CSLL, bem como diferenças temporárias entre a base fiscal e a contábil. Os ativos e passivos de impostos e contribuições diferidos são classificados como não circulante conforme requerido pelo CPC 32 (IAS 12) - Tributos sobre o lucro. Quando os estudos internos da Companhia indicarem que a utilização futura desses créditos, não é provável, uma provisão para perda será constituída. Os impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existir um direito legal exequível de compensar os passivos fiscais com os ativos fiscais, e se estiverem relacionados aos impostos lançados pela mesma autoridade fiscal sob a mesma entidade tributável. Nas demonstrações financeiras consolidadas, o ativo ou passivo fiscal da Companhia pode ser compensado contra o ativo ou passivo fiscal das controladas se, e somente se, as referidas entidades tiverem o direito legalmente executável de fazer ou receber um único pagamento líquido e as mesmas pretendam fazer ou receber esse pagamento líquido ou recuperar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. Portanto, para fins de apresentação, os saldos de ativo e passivo fiscal, que não atendem ao critério legal de execução, estão sendo divulgados separadamente. Os ativos e passivos fiscais diferidos devem ser mensurados pelas alíquotas que se espera que sejam aplicáveis no período em que o ativo for realizado ou o passivo liquidado, com base nas alíquotas (e legislação fiscal) que estejam em vigor na data do balanço. **4.11 Ativos intangíveis:** As despesas relacionadas à manutenção de *software* são reconhecidas como despesas quando incorridas. Os gastos incorridos com desenvolvimento de *softwares* são capitalizados como ativos intangíveis quando é provável que os benefícios econômicos futuros por ele gerados sejam superiores ao seu respectivo custo, considerando sua viabilidade econômica e tecnológica. Os custos de desenvolvimento de *software* reconhecidos como ativos, são amortizados pelo método linear ao longo de sua vida útil estimada. Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável. A Companhia registra neste subgrupo principalmente marcas. Se o valor contábil de um ativo intangível é superior ao seu valor recuperável estimado, seu valor se reduz imediatamente para seu valor recuperável (Nota 4.13). **4.12 Imobilizado:** O ativo imobilizado, incluindo os componentes de *rotáveis*, é apresentado pelo custo de aquisição, formação, construção e desmontagem, quando aplicável, deduzido da depreciação acumulada e perda por redução ao valor recuperável, quando aplicável. Os valores de adiantamento pagos aos fabricantes das aeronaves são ativados pela Companhia como construções em andamento, até o recebimento das mesmas (pré-pagamento de aeronaves). A depreciação é reconhecida com base na vida útil econômica estimada de cada ativo pelo método linear, exceto no caso de alguns componentes técnicos que se depreciam sob a base de ciclos e horas de voo. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados anualmente e os efeitos de quaisquer mudanças nas estimativas são contabilizados prospectivamente. Os terrenos não sofrem depreciação. Se o valor contábil de um ativo é superior ao seu valor recuperável estimado, seu valor se reduz imediatamente para seu valor recuperável (Nota 4.13). Os ganhos e as perdas em alienações de ativos imobilizados são apurados comparando-se o valor da venda com o valor contábil residual e são reconhecidos na demonstração do resultado na data de alienação. Conforme previsto no CPC 27 (IAS 16) - Ativo Imobilizado, o Grupo ativa os custos necessários para manter suas aeronaves e motores em condições para continuar a operar, incorridos pela realização regular de inspeções e/ou manutenção importantes em busca e para evitar falhas, independentemente das peças desse item serem ou não substituídas. Quando cada inspeção importante for efetuada, o seu custo é reconhecido no valor contábil do item do ativo imobilizado como uma substituição se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Qualquer valor contábil remanescente do custo da inspeção anterior (distinta das peças físicas) é baixado. Isso ocorre independentemente do custo da inspeção anterior ter sido identificado na transação em que o item foi adquirido. **4.13 Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (Impairment):** Os valores contábeis dos ativos não financeiros do Grupo, que não os estoques e ativos fiscais diferidos, são revisados a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. No caso de ativos intangíveis com vida útil indefinida, o valor recuperável é testado anualmente. Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos, ou UGCs. O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflete as aplicações atuais de mercado do valor do ativo no tempo e os riscos específicos do ativo ou UGC. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Uma perda por redução ao valor recuperável é revertida somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. **4.14 Contas a pagar e fornecedores:** São inicialmente reconhecidos pelo valor nominal e, subsequentemente acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias e cambiais incorridos até as datas de encerramento das demonstrações financeiras. **4.15 Provisão para riscos tributários, civis e trabalhistas:** As provisões são reconhecidas quando o Grupo tem uma obrigação presente, formalizada ou não, em consequência de um evento passado e é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor desta possa ser feita. O Grupo é parte de diversos processos judiciais e administrativos. As avaliações das probabilidades de perdas destes processos incluem a análise das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para refletir alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **4.16 Arrendamento mercantil:** As operações de arrendamento mercantil, cujos riscos e benefícios inerentes à propriedade são substancialmente transferidos à Companhia, são classificadas como arrendamentos financeiros. Se não houver transferência significativa dos riscos e benefícios inerentes à propriedade, as operações são classificadas como arrendamentos operacionais. Os contratos de arrendamento mercantil financeiro são reconhecidos no ativo imobilizado em contrapartida ao passivo pelo menor montante entre o valor presente das parcelas mínimas obrigatórias do contrato e o valor justo do ativo, acrescidos, quando aplicável, dos custos iniciais diretos incorridos na transação. Os montantes registrados no ativo imobilizado são depreciados e os juros implícitos no passivo são apropriados ao resultado de acordo com a duração do contrato. Quaisquer ganhos decorrentes de transações de *sale and leaseback* resultantes de arrendamentos financeiros são diferidos e reconhecidos na demonstração do resultado pelo método linear durante a vigência do arrendamento e os ganhos decorrentes de transações de *sale and leaseback* resultantes de arrendamentos operacionais são reconhecidos imediatamente na demonstração do resultado. Os prejuízos decorrentes de transações de *sale and leaseback* restantes na data de arrendamento são diferidos na medida em que o bem objeto de *leaseback* não seja o objeto de *impairment* e são reconhecidos na demonstração do resultado pelo método linear durante a vigência do arrendamento. Os contratos de arrendamento mercantil operacional são reconhecidos como despesa ao longo do período do arrendamento. Os pagamentos para arrendamentos operacionais são reconhecidos no resultado pelo método linear de acordo com o prazo do arrendamento. Os incentivos recebidos são reconhecidos como parte integrante dos custos totais de arrendamento, ao longo da vigência do arrendamento. **4.17 Provisão para a manutenção:** Os custos incorridos nas manutenções periódicas programadas de fuselagens e motores das aeronaves são capitalizados e depreciados até a próxima manutenção. A taxa de depreciação é determinada sobre bases técnicas, de acordo à utilização da aeronave definida pelos ciclos e horas de voo. No caso das aeronaves próprias ou sob a forma de arrendamento financeiro, estes custos de manutenção são capitalizados como imobilizado, enquanto que no caso de aeronaves sob a forma de arrendamento operacional, se reconhece um passivo incorrido em função da utilização dos principais componentes, existindo a obrigação contratual com o arrendador de devolver a aeronave em condições acordadas de níveis de manutenção. Este custo é reconhecido no custo das vendas. As manutenções não programadas de aeronaves e motores, assim como as demais manutenções, são debitadas no resultado do exercício em que são incorridas. Durante o exercício de 2015 a Companhia descontinuou a prática de constituição de provisão para manutenção baseada no critério denominado *power by the hour*, os passivos foram prospectivamente ajustados para os critérios acima descritos, os efeitos referentes à mudança de critério correspondem a R\$91.377. **4.18 Apuração do resultado:** O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência do exercício. **4.19 Receita de vendas:** As receitas de transporte aéreo de passageiros e cargas são reconhecidas quando os serviços de transporte são prestados. Os bilhetes de passageiros vendidos, mas não utilizados, vendas antecipadas de bilhetes são tratadas como transporte a executar no grupo de receitas diferidas. Para bilhetes que expiram sem ser utilizados ("*breakage*"), a Companhia efetua uma estimativa com base em dados históricos e reconhece a receita dos mesmos. A Controlada TAM Linhas Aéreas S.A. é patrocinadora do programa de premiação para passageiros frequentes, Programa Fidelidade TAM, cujos pontos são acumulados ao utilizarem os voos da TAM ou de companhias aéreas parceiras, bem como ao efetuar compras com cartões de crédito Fidelidade TAM. O valor justo referente aos pontos concedidos é diferido na data em que o bilhete é vendido, sendo este reconhecido no resultado do exercício, quando os pontos são resgatados e os passageiros transportados. A partir de 1º de janeiro de 2010, a Companhia transferiu a administração do seu programa de fidelidade para a Multiplus S.A., desta forma, a partir dessa data os pontos passaram a ser emitidos pela Multiplus e vendidos pela TLA. A controlada TLA também sofreu o cancelamento de serviços auxiliares representados por taxas decorrentes de alterações de reservas de voo, excesso de bagagem, receita de sala VIP, etc., essas receitas são reconhecidas no momento em que o serviço é prestado. **4.20 Benefícios a empregados: 4.2.1 Benefícios de curto prazo a empregados:** Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesa de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira

confiável. **4.2.2 Participação de funcionários e administradores nos resultados:** Os funcionários têm direito a uma participação nos lucros com base em determinadas metas acordadas anualmente, e os administradores com base nas disposições estatutárias, propostas pelo Conselho de Administração da controladora. O montante da participação é reconhecido no resultado do período em que as metas são atingidas. **4.2.3 Plano de benefícios pós emprego:** A Companhia oferece o benefício de plano médico aos funcionários aposentados em que a concessão do plano de saúde com contribuição fixa é de acordo com a Lei nº 9.656/98. Assim, é assegurado ao colaborador aposentado, que contribuiu com o plano de saúde em decorrência do vínculo empregatício, pelo prazo mínimo de 10 anos, o direito de manutenção como beneficiário, nas mesmas condições de cobertura assistencial de que gozava quando da vigência do contrato de trabalho. Os principais riscos atuariais associados são: (i) sobrevivência superior ao previsto nas tábuas de mortalidade, (ii) rotatividade inferior a esperada, e (iii) crescimento dos custos médicos acima do esperado. **4.2.4 Remuneração baseada em ações:** • *Remuneração com base em ações:* A Companhia oferece a determinados empregados e executivos planos de remuneração com base em ações, liquidados com ações da Multiplus, segundo os quais a Multiplus recebe serviços prestados pelos empregados e executivos e em contrapartida entrega instrumentos patrimoniais (opções) da Multiplus. O plano de remuneração baseado em ações é mensurado pelo valor justo dos instrumentos patrimoniais na data da outorga. Os detalhes a respeito da determinação do valor justo desses planos estão descritos na Nota 24. As condições de mercado e as condições de não aquisição de direito são consideradas na estimativa de valor justo de cada opção na data de outorga. Esse custo das opções concedidas é reconhecido como despesa de pessoal, com um correspondente aumento no patrimônio líquido, durante o período no qual o direito às opções é adquirido de forma incondicional (período durante o qual as condições específicas de aquisição de direito devem ser atendidas). Na data do balanço, a Multiplus revisa suas estimativas do número de opções cujos direitos devem ser adquiridos com base nas condições estabelecidas, reconhecendo o impacto da revisão das estimativas iniciais, se houver, na demonstração do resultado, em contrapartida ao patrimônio líquido, prospectivamente. • *Plano de ações restritas:* Em maio de 2014, foi aprovado um novo plano de remuneração baseada em ações, e também a sua primeira outorga, de ações restritas, para determinados executivos da Multiplus, sujeitas ao cumprimento de prazo e também ao atingimento de um índice financeiro. Estas ações serão compradas pela Multiplus do mercado e entregues aos executivos no momento da liquidação, desta forma a Multiplus vem reconhecendo a despesa equivalente ao plano em contrapartida a uma reserva de capital, no patrimônio líquido, que será utilizada para a futura compra destas ações. **4.21 Receitas e despesas financeiras:** As receitas e despesas financeiras do Grupo compreendem: • receita de juros; • despesa de juros; • ganhos/perdas líquidos de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado; • ganhos/perdas líquidos de variação cambial sobre ativos e passivos financeiros; • Variações cambiais líquidas; e • ganhos/perdas líquidos nos instrumentos de *Hedge* que são reconhecidos no resultado. A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método dos juros efetivos. O Grupo classifica juros recebidos e dividendos e juros sobre capital próprio recebidos como fluxos de caixa das atividades de investimento. **4.22 Dividendos e juros sobre capital próprio:** A proposta de distribuição de juros sobre capital próprio e/ou dividendos efetuada pela Administração da Companhia que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é registrada como passivo circulante, por ser considerada uma obrigação legal prevista no estatuto social, entretanto, a parcela dos dividendos superior ao dividendo mínimo obrigatório, quando houver, declarada pela Administração antes do encerramento do período contábil a que se referem as demonstrações financeiras e ainda não aprovadas pelos acionistas, é registrada como dividendo adicional proposto, no patrimônio líquido. **4.23 Reconhecimento da receita de bilhetes-prêmio emitidos:** A Companhia, através da Multiplus S.A., oferece aos participantes do programa de fidelidade Multiplus pontos que dão a possibilidade de troca-los por diversos prêmios, inclusive por bilhetes aéreos. Uma parcela significativa de pontos resgatados pelos participantes do programa de fidelidade Multiplus é trocada por bilhetes aéreos, que são comprados da TAM Linhas Aéreas S.A. pela Multiplus S.A. A obrigação da TLA em prestar serviços aos portadores de bilhetes-prêmio (comprados pela Multiplus da TLA e concedidos aos participantes do programa de fidelidade Multiplus) cessa apenas quando os serviços de transporte aéreo são fornecidos. A interpretação do CPC 30/IAS 18 - Receita identificada como "Programas de Fidelidade" considera que o valor justo da contraprestação recebida ou a receber em relação à transação é alocada entre os créditos de prêmio (pontos) e os outros componentes da venda e as receitas atribuídas aos créditos de prêmio será reconhecida apenas quando os créditos de prêmio forem resgatados e a companhia cumprir suas obrigações de fornecer os prêmios. Considerando que, em bases consolidadas, o prêmio representado por bilhetes aéreos consiste na prestação de serviços de transporte aéreo, a receita alocada aos bilhetes-prêmio deve ser reconhecida apenas quando a TLA fornecer o transporte. A receita de créditos de prêmio para os quais um bilhete-prêmio tenha sido emitido, mas ainda não utilizado, não deve ser reconhecida na demonstração do resultado. **4.24 Transações e saldos em moeda estrangeira:** As transações em moeda estrangeira são convertidas para Reais (moeda funcional da Companhia) utilizando as taxas de câmbio nas datas das transações. Os saldos das contas de balanço em moeda estrangeira são convertidos pelas taxas de câmbio em vigor na data de encerramento das demonstrações financeiras e os ganhos ou perdas de variação cambial são reconhecidos no resultado financeiro. As taxas de câmbio em Reais em vigor na data dos balanços foram as seguintes:

	31/12/2015	31/12/2014
Taxa final		
Dólar americano (US\$)	3,9048	2,6562
Euro (€)	4,2504	3,2270
Taxa média anual		
Dólar americano (US\$)	3,3387	2,3547
Euro (€)	3,7000	3,1206

4.25 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis: Conforme divulgado na Nota 3, destas demonstrações financeiras a Administração fez os seguintes julgamentos que têm efeito significativo sobre os valores reconhecidos nestas demonstrações financeiras: • valor justo de instrumentos financeiros (Nota 6.7); • análise anual do valor recuperável de ativos não financeiros (Notas 15 e 16); • perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (Nota 9.1); • análise anual do valor recuperável de impostos (Nota 12.3); • vida útil dos bens do ativo imobilizado e intangíveis com vida útil definida (Notas 15 e 16); • provisão para riscos tributários, civis e trabalhistas (Nota 21); • provisões para manutenções (Nota 22); e • provisão para ajuste a valor realizável dos estoques (Nota 10).

5. RECLASSIFICAÇÕES DE SALDOS APRESENTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

Em 2015 a Companhia efetuou determinadas reclassificações no balanço patrimonial e demonstração do resultado. Para fins de comparabilidade, a Companhia promoveu as mesmas reclassificações para o período comparativo. **5.1 Reclassificação de saldos do balanço patrimonial para os períodos findos em 31 de dezembro de 2014:** As tarifas aeroportuárias foram reclassificadas da rubrica de tributos a recolher para a rubrica de fornecedores no montante correspondente a R\$374.712. **5.2 Reclassificação dos saldos das demonstrações de resultados para o período findo em 31 de dezembro de 2014:**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	Reclas-sificado	31/12/2014	Reclas-sificado
Receita operacional líquida	-	-	16.102.390	16.102.390
Custo dos serviços prestados	-	-	(12.100.515)	(12.100.515)
Lucro operacional bruto	-	-	4.001.875	4.001.875
Despesas com vendas	(8.766)	(8.766)	(2.455.361)	(2.455.361)
Despesas gerais e administrativas	-	-	(1.117.886)	(1.117.886)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	-	-	(395.018)	(395.018)
Prejuízo operacional	(8.766)	(8.766)	33.610	33.610
Receitas financeiras	5.469	(769) (1)	4.700	2.352.587 (1.947.016) (1)
Despesas financeiras	(10.099)	-	(10.099)	(2.845.919) 2.159.064 (1)
Variação cambial líquida	-	769 (1)	769	(2.114) (212.048) (1)
Resultado de equivalência patrimonial	(432.992)	-	(432.992)	(10.454)
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(446.388)	-	(446.388)	(472.290)
Imposto de renda e contribuição social	-	-	(179.104)	(179.104)
Corrente	-	-	294.649	294.649
Diferido	2.188	-	2.188	294.649
Prejuízo do período	(444.200)	-	(444.200)	(356.745)

(1) Reclassificação das receitas e despesas cambiais no montante líquido de R\$769 controladora e R\$212.048 no consolidado, anteriormente divulgadas nas linhas de receitas e despesas financeiras para "Variação cambial líquida".

6. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCOS

As atividades do Grupo o expõe a diversos riscos financeiros. O programa de gestão de risco é feito de forma centralizada pela Vice-Presidência de Finanças da controladora LATAM com o objetivo de minimizar os efeitos adversos dos riscos financeiros que afetam o Grupo. **6.1 Administração do risco de liquidez:** Conforme divulgado na Nota 1, item 1.1, Administração vem tomando uma série de medidas de forma a compensar os impactos advindos da exposição cambial que alcançam o seu risco de liquidez. A tabela abaixo resume as obrigações contratuais e compromissos financeiros significativos que podem impactar a liquidez do Grupo em 31 de dezembro de 2015:

	Consolidado		
	31/12/2015	Total fluxo de caixa Valor	
Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos	Mais de 5 anos
			contratual
			contábil

	Consolidado		
	31/12/2015	Total fluxo de caixa Valor	
Passivos financeiros não derivativos			
Arrendamentos financeiros			
(Nota 18.1)	546.971	393.497	1.492.683
Arrendamentos operacionais			
(Nota 18.2)	1.648.349	736.732	588.928
Empréstimos e financiamentos			
(Nota 17)	249.907	1.378.150	490.541
Fornecedores (Nota 19)	4.890.099	-	4.890.099

6.2 Administração do risco de crédito: O Grupo está sujeito ao risco de crédito relacionado com o contas a receber de clientes e aplicações financeiras, conforme abaixo: • O risco de crédito relacionado com o contas a receber de clientes é gerenciado ativamente pela Administração. Ainda destaca-se a pulverização da carteira de clientes e concessão de crédito a clientes com bons índices financeiros e operacionais; e • O risco de crédito de aplicações financeiras está limitado às contrapartes conforme concentração do portfólio do Grupo. Em 31 de dezembro de 2015, o Grupo mantém saldos de depósitos à vista, aplicações financeiras e contas a receber com instituições financeiras consideradas como de primeira linha entre elas: Bradesco, Citibank, Banco do Brasil, Alfa, Santander, Caixa Econômica Federal, HSBC, Itaú Unibanco e Safra. **6.3 Administração de risco de taxa de juros:** O Grupo apresenta a seguir o quadro de análise de sensibilidade às variações das taxas de juros, considerando as projeções macroeconômicas divulgadas pela BM&FBOVESPA em 31 de dezembro de 2015, o qual indicava as seguintes taxas como cenário provável:

Índice	Taxa estimada como cenário provável
Certificado de Depósito Interbancário - "CDI"	13,33%
LIBOR - <i>London Interbank Offered Rate</i>	10,20%

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	Variação da taxa em 25%	31/12/2015	Variação da taxa em 25%
Instrumentos	Valor Contábil	Encargos Financeiros	Cenário II provável	Cenário III variação da taxa em 50%
Aplicações financeiras	1.642	CDI 13,33%	1.861	2.171

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	Variação da taxa em 25%	31/12/2015	Variação da taxa em 25%
Impacto sobre as receitas/despesas financeiras líquidas e patrimônio líquido				
			219	529
				591

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	Variação da taxa em 25%	31/12/2015	Variação da taxa em 25%
Instrumentos	Valor Contábil	Encargos Financeiros	Cenário II provável	Cenário III variação da taxa em 50%
Aplicações financeiras	1.908.927	CDI 13,33%	2.163.387	2.523.861
Empréstimo a receber - Mútuos	3.082.167	Libor 8,42%	3.396.548	3.829.608
Empréstimos e financiamentos	(3.133.710)	Libor 8,42%	(3.453.348)	(3.893.650)
Arrendamentos financeiros	(2.491.167)	Libor 2,15%	(2.745.266)	(3.095.287)

Impacto sobre as receitas/despesas financeiras líquidas e patrimônio líquido (4.896) (1.686) (1.043)

6.4 Administração de riscos cambiais: Os ativos e passivos denominados em moeda estrangeira estão demonstrados a seguir:

	Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014
Ativos denominados em US\$		
Partes relacionadas (Nota 26.1)	2.942.768	1.701.600
Contas a receber (Nota 9)	383.329	344.112
Pré-pagamentos de manutenções	390.759	260.735
Mútuos a receber (Nota 26.1)	3.082.167	3.010.767
Passivos denominados em US\$		
Empréstimos e financiamentos (Nota 17)	(3.133.710)	(3.069.477)
Arrendamentos financeiros (Nota 18.1)	(2.491.167)	(2.138.334)
Partes relacionadas (Nota 26.2)	(3.228.256)	(1.357.117)
Provisão para manutenção (Nota 22)	(1.591.893)	(1.346.229)
Exposição cambial, líquida	(3.646.003)	(2.593.943)
Exposição cambial, líquida em US\$	(933.723)	(976.562)

Considerando as projeções macroeconômicas e oscilação cambial, a Administração elaborou o quadro de sensibilidade às variações do câmbio em relação a paridade de US\$ para R\$, conforme demonstrado a seguir:

Paridade - R\$x US\$	Controladora		Consolidado	
	3,9048	2,9286	1,9524	4,8810
	Cenário I	Cenário II	Cenário I	Cenário II
	Apreciação	Depreciação	Depreciação	Depreciação
Operação/Instrumento	Atual	25%	50%	25%
Ativos denominados em US\$				
Partes relacionadas	2.942.768	2.207.076	1.471.384	3.678.460
Contas a receber	383.329	287.497	191.665	479.161
Pré-pagamentos de manutenções	390.759	293.069	195.380	488.4

11. TRIBUTOS A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
ICMS	-	-	147.918	122.091
PIS e COFINS	7	-	302.736	149.190
IRPJ e CSLL	25.592	32.850	107.360	128.284
Impostos a recuperar no exterior	-	-	60.580	68.848
Demais impostos	2.593	2.593	11.427	8.078
	28.192	35.443	630.021	476.491

O aumento no saldo de PIS e COFINS a recuperar está relacionado a créditos extemporâneos registrados durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

12. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

12.1 Composição e movimentação do imposto de renda e contribuição social diferidos:

	Controladora				Passivo fiscal diferido
	31/12/2015		31/12/2014		
	Reconhecido no resultado	Outros	Valor líquido	Ativo fiscal diferido	
Prejuízo fiscal	55.085	(1.572)	12.640	40.873	40.873
Base negativa da contribuição social	21.182	(565)	-	20.617	20.617
Diferenças temporárias:					
Provisões para contingências	5.743	(5.743)	-	-	-
Ativo Intangível na Aquisição da Pantanal	(38.262)	-	38.262	-	-
Impostos (ativos) passivos antes da compensação	43.748	(7.880)	25.622	61.490	61.490
Compensação de imposto	-	-	-	-	-
Imposto líquido passivo (ativo)	43.748	(7.880)	25.622	61.490	61.490
Consolidado					
31/12/2015		31/12/2014		Passivo fiscal diferido	
Reconhecido no resultado	Outros	Valor líquido	Ativo fiscal diferido		
Prejuízo fiscal	162.963	320.030	(12.640)	470.353	470.353
Base negativa da contribuição social	66.011	120.049	-	186.060	186.060
Provisão para baixa por não recuperabilidade sobre prejuízo fiscal e base negativa	-	(34.315)	-	(34.315)	(34.315)
Diferenças temporárias:					
Provisões para contingências	165.912	(9.540)	1.358	157.730	157.730
Provisão para perdas de estoques e contas a receber	35.668	6.472	-	42.140	42.140
Arrendamentos financeiros	(104.375)	198.353	-	93.978	409.237 (315.259)
Provisão para manutenção IFRS	392.478	2.473	-	394.951	1.736.180 (1.341.229)
Receita futura de operação <i>sale-leaseback</i>	(859)	6.900	-	6.041	6.041
Imobilizado	(37.020)	-	-	(37.020)	(37.020)
Ativo Intangível na Aquisição da Pantanal	-	-	38.262	-	-
Outras	5.057	(30.682)	-	2.523	2.523
Impostos (ativos) passivos antes da compensação	675.721	579.740	26.980	1.282.441	2.975.949 (1.693.508)
Compensação de imposto	-	-	-	-	(1.693.508) 1.693.508
Imposto líquido passivo (ativo)	675.721	579.740	26.980	1.282.441	-

12.2 Movimentação dos investimentos diretos:

	Tam Linhas Aéreas S.A.	Transportes Aéreos del Mercosur S.A.
Em 31 de dezembro de 2013	796.332	75.107
Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC	697.789	-
Ajuste de avaliação patrimonial	8.004	-
Ganho de capital na alienação de participação societária	-	-
Resultado de equivalência patrimonial	(673.935)	(17.317)
Hedge de fluxo de caixa	-	-
Pagamento baseado em ações	-	-
Ajuste acumulado de conversão	-	4.247
Dividendos e juros sobre capital próprio	(20.591)	(20.591)
Em 31 de dezembro de 2014	828.190	41.446
Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC	316.000	-
Transações de capital com os sócios	-	-
Ajuste de avaliação patrimonial	(8.004)	-
Resultado de equivalência patrimonial	(1.570.978)	25.747
Hedge de fluxo de caixa	-	338
Pagamento baseado em ações	-	253
Ajuste acumulado de conversão	-	10.831
Dividendos e juros sobre capital próprio	-	-
Em 31 de dezembro de 2015	(434.201)	78.024

14.3 Informações sobre empresas controladas:

	Tam Linhas Aéreas S.A.	Transportes Aéreos del Mercosur S.A.	TP Franchising Ltda.	Multipius S.A.	Corsair Participações S.A.	ABSA Aerolíneas S.A.
Capital Social	5.216.454	46.183	30	107.300	191	144.061
Quantidade de ações - total ordinárias	2.064.602	87.653	30.100	162.246.573	1.000	4.060.702
Possuídas-ordinárias	2.064.602	83.253	30.100	118.018.157	1.000	4.060.702
% de participação						
No capital total	100,00%	94,98%	100,00%	72,74%	100,00%	100,00%
No capital votante	100,00%	94,98%	100,00%	72,74%	100,00%	100,00%
Patrimônio líquido	(434.201)	82.148	3.156	260.927	(1.682)	154.104
Valor do investimento	(434.201)	78.024	3.156	189.798	(1.682)	154.104
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(1.570.978)	27.108	585	479.741	(1.873)	40.663
Resultado de equivalência patrimonial	(1.570.978)	25.747	585	349.072	(1.873)	(40.663)

Não houve mudanças nas participações societárias durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

15. IMOBILIZADO

A movimentação do imobilizado é apresentada a seguir:

	Consolidado					
	Taxa média ponderada (a.a)	31/12/2014	Adições	Transfe-rências	Varição Cambial	31/12/2015
Custo						
Terrenos	-	46.165	-	-	2.758	48.923
Equipamentos de voo (i)	-	8.449.562	491.630	-	(674.733)	8.266.459
Edifícios	-	249.308	1.696	-	(4.957)	25.246.072
Computadores e periféricos	-	234.590	28.493	-	(134)	1.089.264.038
Máquinas e equipamentos	-	169.717	687	-	(293)	170.111
Imobilizações em andamento	-	16.918	89.057	(16.329)	(357)	(1.464) 87.825
Outros	-	380.260	10.850	16.329	(6.795)	955.401.599
	-	9.546.520	622.413	-	(686.976)	3.070.9.485.027
Depreciação						
Equipamentos de voo (*)	4,90%	(5.021.064)	(413.989)	-	281.391	(5.153.662)
Edifícios	8,43%	(74.653)	(4.147)	-	1.515	(77.285)
Computadores e periféricos	8,52%	(181.403)	(19.997)	-	84	(201.316)
Máquinas e equipamentos	5,73%	(116.034)	(9.726)	-	-	(125.760)
Outros	11,65%	(189.376)	(44.313)	-	4.872	(228.817)
		(5.582.530)	(492.172)	-	287.862	(5.786.840)
Imobilizado líquido		3.963.990	130.241	-	(399.114)	3.070.3.698.187
Consolidado						
Taxa média ponderada (a.a)	31/12/2013	Adições	Transfe-rências (iv)	Varição Cambial	31/12/2014	
Custo						
Terrenos	-	30.358	11.080	5.067	(340)	46.165
Equipamentos de voo (i)	-	10.264.860	346.144	38.173	(2.199.615)	8.449.562
Edifícios	-	249.308	-	-	-	249.308
Computadores e periféricos	-	203.013	29.356	2.859	(638)	234.590
Máquinas e equipamentos	-	170.169	25.364	(24.683)	(1.133)	169.717
Imobilizações em andamento	-	12.547	11.873	(7.485)	(17)	16.918
Pré-pagamento de aeronaves (ii)	-	642.193	178.942	(38.273)	(782.862)	-
Outros	-	293.614	60.587	27.002	(943)	380.260
	-	11.866.062	663.346	2.660	(2.985.548)	9.546.520
Depreciação						
Equipamentos de voo (*)	3,62%	(4.649.653)	(371.411)	-	-	(5.021.064)
Edifícios	8,43%	(63.792)	(10.861)	-	-	(74.653)
Computadores e periféricos	7,69%	(165.786)	(15.617)	-	-	(181.403)
Máquinas e equipamentos	7,46%	(103.346)	(12.688)	-	-	(116.034)
Outros	9,32%	(161.997)	(27.379)	-	-	(189.376)
		(5.144.574)	(437.956)	-	-	(5.582.530)
Imobilizado líquido		6.721.488	225.390	2.660	(2.985.548)	3.963.990

(*) Depreciação linear, com valor residual de 20% para *rotabtes*, exceto no caso de componentes técnicos os quais se depreciam com base nos ciclos e horas voadas. (i) Inclui aeronaves, motores e conjuntos de peças sobressalentes. As aquisições incluem as aeronaves que foram consideradas arrendamentos financeiros de acordo com o CPC 6/IAS 17. (ii) Os valores desembolsados do programa de aquisição de aeronaves mantidos como adiantamentos, uma vez que, no momento do desembolso ainda não foi definido que modalidade de contrato de arrendamento será utilizada. A experiência histórica da companhia demonstra que a devolução dos montantes pré-pagos por ocasião da entrega das aeronaves pelo fabricante é provável. (iii) No exercício findo em 31 de dezembro de 2014, 5 aeronaves e 12 motores classificadas como arrendamento financeiro em equipamentos de voo foram transferidas para a LATAM, e posteriormente subarrendadas para a TLA. (iv) Em 31 de dezembro de 2014, o saldo corresponde a transferência de itens classificados do intangível para o imobilizado da subsidiária Multipius. As adições de equipamentos de voo estão representadas principalmente por gastos de manutenção ativados durante o exercício em decorrência da mudança de política contábil descrita na Nota 4.16.

12.2 Conciliação da alíquota de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Prejuízo antes dos impostos	(1.239.714)	(446.388)	(1.454.409)	(472.290)
Alíquota nominal combinada	34%	34%	34%	34%
Imposto calculado às alíquotas nominais	421.503	151.772	494.499	160.579
Efeitos fiscais sobre diferenças permanentes:				
Resultado de equivalência patrimonial	(420.957)	(147.214)	-	-
Despesas indedutíveis	(13.413)	(2.370)	(132.024)	(33.296)
Outros	2.136	-	(26.332)	(11.738)
Resultado com impostos	(10.731)	2.188	336.143	115.545
Imposto de renda e contribuição social corrente	(2.851)	-	(243.597)	(179.104)
Imposto de renda e contribuição social diferido	(7.880)	2.188	579.740	294.649
Alíquota efetiva	-0,9%	0,5%	23,1%	24,5%

12.3 Ativos fiscais diferidos não reconhecidos: Ativos fiscais diferidos não foram reconhecidos para prejuízos fiscais acumulados no montante de R\$34.315 (R\$0 em 31 de dezembro de 2014), sendo que as projeções de resultados demonstraram lucros tributários futuros que suportam os valores reconhecidos, porém não foram suficientes para reconhecer essa parcela do prejuízo fiscal e base negativa. **12.4 Estimativa de realização do ativo fiscal diferido:** O Grupo avalia periodicamente se é provável que irá gerar lucro tributável futuro para que possa reconhecer o ativo fiscal diferido, tanto sobre diferenças temporárias dedutíveis, como para prejuízos fiscais acumulados. Provisões para perdas são registradas na proporção de que não seja provável que o Grupo irá realizar o ativo fiscal diferido. Ao fazer essa determinação, o Grupo considera todas as evidências positivas e negativas disponíveis e faz determinadas estimativas. Entre outras coisas, são considerados o resultado futuro tributável, reversão de impostos diferidos passivos, o ambiente de negócios em geral, os resultados financeiros históricos e estratégias de planejamento tributário. Na avaliação da probabilidade de utilização do ativo fiscal diferido, os fatores significativos que foram considerados incluem: (1) o recente histórico de rentabilidade, (2) o cenário econômico Brasileiro e global, (3) a receita projetada do Grupo, (4) as taxas de câmbio do dólar Norte Americano projetadas, (5) estimativa de preços dos combustíveis e (6) o impacto futuro das diferenças temporárias tributáveis. A análise de realização dos créditos tributários diferidos foi realizada por empresa, sendo que as projeções de resultados tributáveis futuros estimados estão em consonância com o planejamento estratégico da LATAM aprovado pelo seu Conselho de Administração. Em 31 de dezembro de 2015, os créditos fiscais decorrentes de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social foram registrados com base na expectativa fundamentada de geração de lucros tributáveis futuros por empresa, observadas as limitações legais. As projeções de lucros tributáveis futuros para utilização dos prejuízos fiscais e base fiscal negativa de contribuição social levaram em consideração as condições adversas do cenário político e econômico brasileiro que acarretam em oscilações constantes do dólar frente ao real. O reconhecimento de ativo fiscal diferido está também baseado em uma série de ações já iniciadas e outras por se iniciarem elencadas abaixo que irão contribuir para geração de resultados tributáveis futuros: • Readequação da malha nacional com redução a partir do 3º trimestre de 2015 de 2,5% e 9,4% no quarto trimestre; • Planejamento de nova readequação da malha nacional a ser adotada em 2016 com redução entre 6% e 9% de oferta; • Implementação do pilar de custos, com o objetivo de uma redução significativa de gastos no Grupo; • Redução da exposição cambial, por meio de gestão dos ativos e passivos do Grupo reduzindo a exposição do balanço à variação do real frente ao dólar; e • Viabilização do HUB do nordeste, para melhor conectividade dos clientes e incremento de vendas.

13. DEPÓSITOS JUDICIAIS

A movimentação dos depósitos judiciais está apresentada a seguir:

	Controladora				
	31/12/2014	Adição	Reversão	Atualização monetária	31/12/2015
Cíveis	124	136	-	-	260
Bloqueios Judiciais	1.971	959	(341)	-	2.589
	2.095	1.095	(341)	-	2.849
Consolidado					
31/12/2014	Adição	Reversão	Atualização monetária	31/12/2015	
Cíveis	20.271	12.009	(6.203)	-	26.077
Trabalhistas e Tributários e previdenciários	53.598	37.657	(29.233)	210	62.232
Bloqueios Judiciais	398.504	12.688	(25.020)	21.755	407.927
	33.959	68.145	(66.961)	-	34.543
	505.732	130.499	(127.417)	21.965	530.779

14. INVESTIMENTOS

14.1 Composição dos saldos:

	Controladora	
	31/12/2015	31/12/2014
Participação em empresas controladas	425.082	1.147.867
Provisão para perdas com investimentos (1)	(435.883)	-
	(10.801)	1.147.867

(1) Valores registrados no grupo do passivo não circulante.

	TP Franchising Ltda.	Multipius S.A.	Corsair Participações S.A.	ABSA Aerolíneas S.A.	Total
31/12/2015	822	135.416	191	95.203	1.103.071
31/12/2014	-	-	-	-	697.789
	-	1.240	-	-	9.244
	-	2.776	-	-	2.776
	1.749	236.638	-	19.873	(432.932)
	-	9.242	-	-	9.242
	-	(2.775)	-	-	(2.775)
	-	-	-	-	4.247
	-	(222.144)	-	-	(242.735)
	2.571	160.393	191	115.076	1.147.867
	-	-	-	-	316.000
	-	(7.930)	-	-	(7.930)
	-	(8.004)	-	-	(8.004)
	25.747	585	349.072	(1.873)	(40.663)
	-	479	-	-	817

24. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

24.1 Capital social: Em 31 de dezembro de 2015, o capital social, subscrito e integralizado da Companhia totalizava R\$5.035.926 (cinco bilhões, trinta e cinco milhões, novecentos e vinte e seis mil), e está representado por 150.132.715 ações ordinárias. Não houve alterações no capital social durante o exercício. **24.2 Reservas de lucros: 24.2.1 Reserva legal:** A legislação brasileira estabelece que deve ser constituída uma reserva legal, mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício, até a reserva legal atingir 20% do valor do capital social. **24.2.2 Ajuste de avaliação patrimonial:** A reserva de ajustes e avaliação patrimonial inclui a parcela efetiva da variação líquida cumulativa do valor justo dos instrumentos de *Hedge* de fluxo de caixa cujas as operações objeto de proteção ainda não foram reconhecidas no resultado do exercício. Os valores registrados em ajustes de avaliação patrimonial são reclassificados, integral ou parcialmente, para o resultado do exercício, conforme a sua realização. Conforme facultado pela Lei nº 11.638/07 e pelo Pronunciamento CPC 13 - Adoção Inicial da Lei nº 11.638/07, a Companhia adotou o valor residual reavaliado em 31 de dezembro de 2007 como novo valor de custo atribuído dos itens reavaliados. A realização do custo atribuído ocorre na mesma proporção da depreciação, baixa ou alienação do ativo reavaliado, em contrapartida à conta de lucros (prejuízos) acumulados. Os efeitos das variações nas taxas de câmbio durante o exercício são reconhecidos sobre o patrimônio líquido entre a diferença do lucro líquido do exercício convertido nas taxas de câmbio médias ao fim de cada mês e convertidas à taxa fim do exercício. São registradas na rubrica de ajuste de avaliação patrimonial no patrimônio líquido.

25. PLANO DE REMUNERAÇÃO BASEADO EM AÇÕES

TAM S.A.: Em assembleia geral extraordinária ("AGE") ocorrida em 12 de julho de 2012, foi aprovada, a extinção do plano de remuneração baseada em ações, de modo que: (i) o plano seja encerrado, a partir daquela data, no que se refere à outorga de novos beneficiários; (ii) as opções de compra de ações da Companhia outorgadas anteriormente a esta data ("Opções de Compra") sejam mantidas até que sejam completados os seus prazos de carência ("*Vesting*"), nos termos e condições constantes do Plano e dos Instrumentos Particulares de Outorga de Opções de Compra de Ações celebrados com cada um dos beneficiários; e (iii) nas datas do respectivo *Vesting*, os beneficiários das Opções de Compra recebam pagamento em dinheiro equivalente ao produto entre (a) o número total de Opções de Compra exercíveis; e (b) a diferença, se houver, entre (b.1.) o preço de exercício da opção de compra descontando-se todas as retenções aplicáveis; e (b.2.) o resultado da multiplicação de 0,9 (zero vírgula

	1ª outorga	2ª outorga	3ª outorga	4ª outorga	1ª outorga extraordinária	2ª outorga extraordinária	3ª outorga extraordinária	4ª outorga extraordinária
Data da outorga	04/10/2010	08/11/2010	21/03/2012	03/04/2013	04/10/2010	04/10/2010	16/04/2012	20/11/2013
Data da última modificação	30/06/2011	30/06/2011	N/A	N/A	30/06/2011	30/06/2011	N/A	N/A
Quantidade de ações	98.391	36.799	378.517	566.491	1.370.999	154.570	62.046	205.575
Preço de exercício na data da outorga após a modificação	15,12	17,83	17,19	19,07	7,87	10,43	17,1	N/A
Taxa de juros, isenta de risco - %	12,15	12,15	10,3	7,16	12,15	11,88	8,86	8,99
Rendimento esperado do dividendo - %	2,6	2,6	4,17	4,49	2,6	2,59	4,17	4,96
Volatilidade das ações no mercado - %	33,79	33,79	32,78	34,56	33,79	34,24	32,78	34,59
Preço no mercado acionário na data da outorga - R\$	15,93	18,59	21	15,12	15,93	15,93	20,88	12,04
Preço no mercado acionário na data da última modificação - R\$	17,42	17,42	N/A	N/A	17,42	17,36	N/A	N/A
Valor justo da opção na data da outorga - R\$	6,86	8,29	8,04	3,23	10,02	6,24	7,54	3,35
Valor justo da opção na data da modificação - R\$	7,8	6,86	N/A	N/A	11,11	9,15	N/A	N/A
Preço médio de exercício ajustado - 31/12/2015	-	-	40,82	46,22	-	-	-	30,55
Quantidade de opções em circulação - 31/12/2015	-	-	102.621	255.995	-	-	-	159.891
Valorização das opções em circulação - 31/12/2015 - R\$	-	-	4.188.882	11.831.972	-	-	-	4.884.670

A volatilidade esperada se baseia na volatilidade histórica das ações da Companhia negociadas em Bolsa. A vida contratual remanescente média se baseia na expectativa de exercício. **25.1 Plano de ações restritas (líquidável em títulos patrimoniais):** Em 21 de maio de 2015, o Conselho de Administração deliberou e aprovou o plano de outorga de Ações Restritas, no total de 91.103 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal de emissão da Multiplus outorgadas aos beneficiários. A quantidade de Ações Restritas foi calculada com base na expectativa da remuneração ao Empregado dividido pela média simples do preço da ação da Companhia negociada na BM&FBovespa no mês anterior ao da presente outorga, abril de 2014. Nesse plano os Beneficiários somente possuirão plenitude de direitos sobre as Ações Restritas quando atingidas, cumulativamente, as seguintes condições: • Atíngimento da meta de desempenho definida por este Conselho como o retorno sobre o capital investido. • O Beneficiário deverá permanecer continuamente vinculado como administrador ou empregado da Companhia, pelo período compreendido entre a Data de Outorga e as datas a seguir descritas, para aquisição dos direitos relativos às seguintes frações: (i) 1/3 (um terço) após o 2º aniversário da Data de Outorga; (ii) 1/3 (um terço) após o 3º aniversário da Data de Outorga; e (iii) 1/3 (um terço) após o 4º aniversário da Data de Outorga. Em 31 de dezembro de 2015, o referido plano não possui efeito diluitivo no lucro por ação.

	Número de opções em circulação
Saldo no início do exercício	91.103
Outorgadas	119.731
Não adquiridas por desligamento	(34.924)
Saldo no final do exercício	175.910

26. PARTES RELACIONADAS

No curso das operações do Grupo, direitos e obrigações são gerados entre partes relacionadas, oriundos de operações de contratação e prestação de serviços, operações de mútuo pactuados em condições normais de mercado para operações semelhantes, baseadas em contrato. **26.1 Contrato operacional:** Firmado em 10 de dezembro de 2009, estabeleceu os termos e condições que regem o relacionamento entre a Multiplus e a TLA, no que se refere: • Continuidade do gozo, pelos clientes da TLA que participam do Programa, dos benefícios do Programa mediante o uso de pontos a ele concedidos; e • Resgate dos pontos pelos membros do Programa através da Rede Multiplus. Estabeleceu, também, as condições para a compra e a venda de pontos, a compra e a venda de passagens aéreas, a utilização da base de dados, a gestão do Programa TAM Fidelidade e as suas respectivas remunerações. **26.2 Contrato de serviços compartilhados:** No exercício findo em 31 de Dezembro de 2015, a Multiplus desembolsou o montante de R\$1.687 (R\$3.135 em 31 de dezembro de 2014) para a TLA referente à utilização desses serviços administrativos, a redução desta despesa comparada ao exercício findo em 31.12.2014 é devido a finalização do processo de internalização destes serviços na Multiplus. **26.3 Compromisso de adiantamento de compra e venda de bilhetes aéreos:** Em 04 dezembro de 2013, o Conselho de Administração da Multiplus aprovou, o valor limite a compra antecipada de passagens e em outubro de 2015, houve um ajuste onde passou a ser considerado o maior valor entre R\$500 milhões e 4 (quatro) meses de resgate de saldo de principal, sem o limite da competência das faturas, foi aprovada pelo Conselho de Administração da Multiplus, com a recomendação favorável do Comitê de Finanças, Auditoria, Governança e partes relacionadas. A metodologia utilizada para obtenção da taxa para a operação era definida através da média aritmética das três melhores cotações que a TAM obtinha em operações semelhantes no mercado financeiro, que obrigatoriamente deveria ser maior que o custo de oportunidade da Multiplus. E a partir de setembro/2014, a metodologia foi aperfeiçoada, o qual passou a considerar o prazo médio da carteira de recebíveis da TAM, e a taxa da antecipação passou a ser definida então como a maior taxa entre, a melhor cotação que a TAM obtinha junto ao mercado financeiro para operações semelhantes e o custo de oportunidade da Multiplus acrescido de um spread pelo risco da operação. Os recursos antecipados são utilizados estritamente para a compra de passagens aéreas resgatadas pelos participantes, de acordo com as condições estabelecidas no contrato operacional. (Item a), não sendo permitida a utilização de tais recursos para qualquer outra finalidade. A mencionada mudança na metodologia adotada para o cálculo da taxa de remuneração nos casos de antecipações de valores para a TAM, foi aprovada pelo Conselho de Administração da Multiplus em 28 de agosto de 2014, com a recomendação favorável do Comitê de Finanças, Auditoria, Governança e Partes Relacionadas. Durante o exercício findo em dezembro de 2015, a Companhia realizou pagamentos antecipados para compra de bilhetes aéreos da TLA, no valor total de R\$980 milhões (31 de dezembro de 2014 - R\$646 milhões). Não temos saldos em aberto que se refiram a adiantamentos para a compra de passagens em 31 de dezembro de 2015 (R\$95,4 milhões em 31 de dezembro de 2014). No acumulado do ano, a taxa de antecipação foi equivalente a 106,1% do CDI (31 de dezembro de 2014 - 108,12%), versus o portfólio da Multiplus que rendeu 104,9% do CDI (103,76% em 31 de dezembro de 2014) no mesmo período, sem as antecipações de passagens aéreas. No ano de 2015, tal investimento gerou uma receita financeira de R\$33.564 (R\$12.333 em 31 de dezembro de 2014).

	Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014
Ativo circulante		
Contas a receber		
LAN Airlines S.A.	1.965.467	1.084.181
LAN Cargo S.A.	762.194	465.954
Aerotransporte Mas de Carga S.A.	24.453	16.047
LAN Argentina S.A.	20.920	7.815
LAN Peru S.A.	12.773	4.124
Outras partes relacionadas	156.961	123.479
Total do ativo circulante	2.942.768	1.701.600
Ativo não circulante		
Mútuos		
LATAM Airlines Group S.A. (1)	3.082.167	3.010.767
Total do ativo não circulante	3.082.167	3.010.767
Total do ativo	6.024.935	4.712.367

(1) Demonstramos abaixo o resumo das operações de mútuo a receber com a LATAM Airlines, sendo:

	Claudia Sender Ramirez	Renata Bandeira G. do Nascimento	Bruno Medeiros Souza	Ricardo L. Temer Mariano
	Presidente	Diretora de Controladoria - CRC 1 SP-215231/O-3	Contador - CRC ISP-280396/O-6	Gerente Sênior de Controladoria

no) pelo preço de fechamento da ação da LAN Airlines S.A. na Bolsa de Valores de Santiago no dia útil imediatamente anterior ao do exercício da Opção de Compra. O último exercício de outorgas ocorreu em maio de 2015, sendo assim a Companhia não possui mais pagamentos a realizar no futuro. • Multiplus: Em 31 de dezembro de 2015, a Multiplus possuía os seguintes acordos de pagamentos baseados em ações: (i) Programa de opção de compra de ações (líquidável em títulos patrimoniais): Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 4 de outubro de 2010, os acionistas da Multiplus aprovaram a diluição máxima de 3% (três por cento) do número de ações em circulação que poderá ser utilizada pela diretoria para concessão de opções aos seus funcionários. O quadro abaixo demonstra a movimentação incorrida no exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

	Número de opções em circulação	Preço médio do exercício
Saldo no início do exercício	637.399	39,91
Exercidas	(49.481)	30,74
Não adquiridas por desligamento	(69.411)	43,38
Saldo no final do exercício	518.507	40,32

Sob os termos do plano, as opções cedidas para a outorga regular são divididas em três partes iguais e os empregados poderão exercer uma terça parte das suas opções de dois, três e quatro anos, respectivamente, se ainda empregados pela Multiplus naquela ocasião. A vida contratual das opções é de sete anos após a outorga da opção. Como exceção as regras acima, apenas a 1ª outorga extraordinária foi dividida em duas partes iguais que poderão ser exercidas metade das suas opções depois de três anos e a outra metade após quatro anos, e a 2ª outorga extraordinária foi também dividida em duas partes iguais que poderão ser exercidas após um ano e dois anos, respectivamente. As opções contêm uma "condição de serviço", na qual o exercício das opções depende exclusivamente da prestação de serviços pelo empregado por período pré-definido. Os empregados demitidos têm a obrigação de atender a determinadas condições suspensivas para a manutenção do direito de exercício das opções. As opções são avaliadas pelo modelo de precificação *Black-Scholes*. A tabela a seguir mostra os detalhes das variações nas opções, em conjunto com as variáveis utilizadas para avaliação das opções concedidas. O preço de exercício é ajustado pelo IGP-M, a partir da data de concessão das opções até a data de exercício. Em 31 de dezembro de 2015, as premissas utilizadas para o cálculo do valor justo das outorgas foram as seguintes:

	1ª outorga extraordinária	2ª outorga extraordinária	3ª outorga extraordinária	4ª outorga extraordinária
Data da transação	04/10/2010	04/10/2010	16/04/2012	20/11/2013
Preço de exercício na data da transação	15,12	17,83	17,19	19,07
Taxa de juros, isenta de risco - %	12,15	12,15	10,3	7,16
Rendimento esperado do dividendo - %	2,6	2,6	4,17	4,49
Volatilidade das ações no mercado - %	33,79	33,79	32,78	34,56
Preço no mercado acionário na data da outorga - R\$	15,93	18,59	21	15,12
Preço no mercado acionário na data da última modificação - R\$	17,42	17,42	N/A	N/A
Valor justo da opção na data da outorga - R\$	6,86	8,29	8,04	3,23
Valor justo da opção na data da modificação - R\$	7,8	6,86	N/A	N/A
Preço médio de exercício ajustado - 31/12/2015	-	-	40,82	46,22
Quantidade de opções em circulação - 31/12/2015	-	-	102.621	255.995
Valorização das opções em circulação - 31/12/2015 - R\$	-	-	4.188.882	11.831.972

Em 13 de junho de 2013, a TAM Capital 1 Inc. realizou uma operação de mútuo com a LATAM Airlines Group S.A., no montante de US\$236.370, os quais totalizaram R\$506.943 utilizando a taxa de conversão a data da transação. A taxa nominal de juros desta transação corresponde a 4,25% a.a., sendo este montante amortizado integralmente em 2017. Em 27 de setembro de 2013, a TAM Capital 1 Inc. realizou uma operação de mútuo com a LATAM Airlines Group S.A., no montante de US\$70.000, os quais totalizaram R\$157.416 utilizando a taxa de conversão a data da transação. A taxa nominal de juros desta transação corresponde a 4,50% a.a., sendo este montante amortizado integralmente em 2017. Em 20 de junho de 2013, a TAM Capital 3 Inc. realizou uma operação de mútuo com a LATAM Airlines Group S.A., no montante de US\$359.803, os quais totalizaram R\$810.384 utilizando a taxa de conversão a data da transação. A taxa nominal de juros desta transação corresponde a 5,75% a.a., sendo este montante amortizado integralmente em 2021. Em 24 de junho de 2013, a TAM Capital 3 Inc. realizou uma operação de mútuo com a LATAM Airlines Group S.A., no montante de US\$138.968, os quais totalizaram R\$312.886 utilizando a taxa de conversão a data da transação. A taxa nominal de juros desta transação corresponde a 5,75% a.a., sendo este montante amortizado integralmente em 2021.

26.5 Posições passivas com partes relacionadas:

	Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014
Passivo circulante		
Fornecedores		
LATAM Airlines Group S.A.	2.309.838	505.294
LAN Chile Cargo S.A.	523.823	436.718
LAN Argentina S.A.	85.433	181.515
Linhas Aéreas Cargas	239.496	174.554
Aerotransporte Mas de Carga S.A.	16.714	13.204
LAN Peru S.A.	17.869	8.601
Outras partes relacionadas	35.083	23.577
	3.228.256	1.343.463

Outras contas a pagar		
Mas Investment LTDA	-	3.851
Lan Cargo Overseas Limited	-	2.976
	-	6.827
Total do passivo circulante	3.228.256	1.350.290

26.6 Transações com partes relacionadas:

	Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014
Vendas de espaço para cargas		
LATAM Airlines Group S.A.	443.728	-
LAN Cargo S.A.	95.666	-
LAN Chile S.A.	-	43.788
Lan Chile Cargo	-	8.029
Aeroline (Chile)	(155)	-
Aerotransporte Mas de Carga S.A.	7.203	-
Aerolíneas Brasileñas S.A. (ABSA)	(1.920)	-
Lineas Aereas Nacionales	51.427	-
Outras receitas operacionais		
LAN Argentina S.A.	1.332	-
LATAM Airlines Group S.A.	49.843	-
LAN Peru S.A.	3.197	-
Aerovias de Integracion Regional (Aires S.A.)	1.593	-
LAN Cargo S.A.	2.932	-
Outras despesas operacionais		
LATAM Airlines Group S.A.	(414.580)	-
LAN Cargo S.A.	(117.154)	-
Lineas Aereas Nacionales	(56.636)	-
LAN Cargo Repair Station	(14.768)	-
LAN Argentina S.A.	(8.823)	-
Outras partes relacionadas	(13.838)	-
Arrendamento		
LATAM Airlines Group S.A.	(1.234.171)	(663.921)
Resultado financeiro		
LAN Chile	1.405.177	144.228
LAN Argentina S.A. (Aero 2000 S.A.)	28.062	-
Lan Cargo S.A.	7.926	-
Lineas Aereas Nacionales	2.035	-
Andes Airport Services S.A.	470	-
Lan Cargo Repair Station	(2.940)	-
Aerotransporte Mas de Carga S.A.	(1.070)	-
Outras partes relacionadas	(3.064)	-

26.7 Remuneração do pessoal-chave da Administração: O pessoal-chave da Administração inclui os membros do Conselho de Administração, presidente, vice-presidentes e diretores estatutários, totalizando 6 pessoas (5 em 31 de dezembro de 2014). A despesa com remuneração do pessoal chave da Administração para o período findo em 31 de dezembro de 2015 totalizou R\$15.739 (R\$23.308 em 31 de dezembro de 2014).

DIRETORIA

	Claudia Sender Ramirez	Renata Bandeira G. do Nascimento	Bruno Medeiros Souza	Ricardo L. Temer Mariano
	Presidente	Diretora de Controladoria - CRC 1 SP-215231/O-3	Contador - CRC ISP-280396/O-6	Gerente Sênior de Controladoria

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da

TAM S.A.

São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da TAM S.A. ("Companhia"), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas

demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações financeiras

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, acima referidas, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidada da TAM S.A. em 31 de dezembro de 2015, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*.

São Paulo, 29 de abril de 2016



KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Orlando Octávio de Freitas Júnior
Contador CRC 1SP178871/O-4

João Paulo A. Pacheco Neves
Contador CRC 1SP222303/O-4